LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

PARTE GERAL

(Parte Geral com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984, publicada no DOU de 13/7/1984, em vigor 6 meses após a publicação)

TÍTULO VIII DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

.....

Causas impeditivas da prescrição

- Art. 116. Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre:
- I enquanto não resolvida, em outro processo, questão de que dependa o reconhecimento da existência do crime;
 - II enquanto o agente cumpre pena no estrangeiro.

Parágrafo único. Depois de passada em julgado a sentença condenatória, a prescrição não corre durante o tempo em que o condenado está preso por outro motivo. (Artigo com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984)

Causas interruptivas da prescrição

- Art. 117. O curso da prescrição interrompe-se: ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 7.209, de 11/7/1984)
- I pelo recebimento da denúncia ou da queixa; (Inciso com redação dada pela Lei n° 7.209, de 11/7/1984)
 - II pela pronúncia; (*Inciso com redação dada pela Lei nº* 7.209, *de 11/7/1984*)
- III pela decisão confirmatória da pronúncia; (*Inciso com redação dada pela Lei* <u>nº 7.209, de 11/7/1984)</u>